

SER MENINA E SER SELVAGEM: NOVAS PRODUÇÕES DE FEMINILIDADES NA LITERATURA INFANTIL

BEING A GIRL AND BEING WILD: NEW PRODUCTIONS OF FEMININITIES IN CHILDREN'S LITERATURE

Bruna Ximenes Corazza  <https://orcid.org/0000-0002-3614-9312>
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada
Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas
brunaxcorazza@gmail.com

D.O.I: <http://doi.org/10.5281/zenodo.13559140>

Recebido em 31 de março de 2024

Aceito em 05 de maio de 2024

Resumo: Este estudo, situado no campo aplicado dos estudos da linguagem, pretende promover uma reflexão acerca da necessidade em se ampliar as representações de feminilidades em narrativas infantis, ao abrir espaço para a problematização e desconstrução dos estereótipos de gênero. Para isso, o objeto de análise deste artigo é o livro infantil *Selvagem* (2015), de Emily Hughes, que traz à baila a importância da visibilidade de representações femininas que contestam a repetição hegemônica de uma identidade pautada historicamente na ideia de domesticação da mulher. Ao traçar um paralelo entre o arquétipo da Mulher Selvagem (Estés, 2014) e a menina protagonista do livro, é possível trazer à luz a potência de leituras literárias infantis na formação humana. Ancorada nos estudos culturais e feministas, em interface com os estudos sobre leitura literária, a análise dos dados demonstrou que, além de possível, é fundamental que personagens femininas rompam com segundo lugar na literatura dedicada ao público infantil e ampliem as possibilidades de produções de feminilidades.

Palavras-chave: Literatura. Infância. Identidade de gênero. Feminismo. Mulher Selvagem.

Abstract: This study, located in the applied field of language studies, intends to promote a reflection on the need to expand the representations of femininities in children's narratives, by opening space for the problematization and deconstruction of gender stereotypes. To this end, the object of analysis of this article is the children's book *Selvagem* (2015), written by Emily Hughes, which brings to the fore the importance of the visibility of female representations and the contestation against the hegemonic repetition of an identity historically based on the idea of domestication of women. By drawing a parallel between the archetype of the Wild Woman (Estés, 2014) and the girl protagonist of the book, it is possible to bring to light the power of children's literary readings in human formation. Anchored in cultural and feminist studies, an interface with studies on literary reading, the data analysis demonstrated that, in addition to being possible, it is essential for female characters to break the second place in literature dedicated to children and expand the possibilities of producing femininities.

Keywords: Literature. Infancy. Gender identity. Feminism. Wild Woman.

1. Introdução

A *Série Vaga-lume*, coleção de livros considerada um marco na literatura infantojuvenil brasileira, foi uma das grandes responsáveis por despertar, em crianças e adolescentes, o “gosto” pela leitura, principalmente no período compreendido entre 1970 e 1990, mas se estendendo também às décadas seguintes. As mais de cem histórias, curtas e simples, mas cheias de aventuras e mistérios a serem desvendados, conquistaram, e vem conquistando, gerações de leitores juvenis, dado o relançamento feito pela editora Ática, em 2015, com os títulos mais vendidos à época, tais como: *A Ilha Perdida*, *O Escaravelho do Diabo*, *A Turma da rua Quinze*, *Tonico*, entre outros. É notório que a coleção em questão teve um papel crucial na formação do leitor literário e atendeu com sucesso às demandas da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que exigia a leitura de autores nacionais no Ensino Fundamental, embora a série tenha sido considerada em alguns meios, pejorativamente, como “literatura de massa” (Mendonça, 2007). No entanto, ao examinar os livros da coleção, mesmo que *en passant*, é possível observar pelos títulos, ilustrações de capa e sinopses, a presença majoritária de protagonistas masculinos, individuais ou coletivos, como representantes da busca por aventuras e por desvendarem os enigmas das narrativas, deixando o segundo lugar para o dito “segundo sexo”.

Nesse sentido, as inúmeras e aparentemente incansáveis formas de domesticação da mulher e o silenciamento de sua voz não são mais novidades em pleno século XXI; no entanto, em alguns casos, as sutilezas com que isso pode ocorrer ainda merecem atenção. Um exemplo é a literatura que, durante muito tempo, serviu como uma espécie de manual de conduta a ser seguido pelas mulheres, uma literatura direcionada ao público feminino que reproduzia valores patriarcais e determinava o papel da mulher na sociedade. É possível observar que esse movimento de “preocupação” com o que as mulheres ocidentais liam se intensificou a partir do século XIX, com o sucesso dos romances que facilmente passavam por uma despreziosa “literatura de entretenimento”, uma vez que apresentavam um mundo equilibrado, sem conflitos.

De certa forma, o mesmo ocorreu com a literatura infantil, nascida também quando propriamente surge o conceito de infância, no final do século XVII e início do século XVIII, com a ascensão da burguesia, conforme aponta Regina Zilberman (2012), que prediz um novo conceito familiar mais unicelular e voltado ao espaço privado. A literatura destinada a esse público, portanto, trazia um forte viés pedagógico com intuito de ensinar um determinado comportamento para as crianças, a fim de moldá-las de acordo com uma “conduta ideal” a ser seguida dentro do modelo de família nuclear moderna. No entanto, a autora aponta para uma idealização dessa infância e para uma dominação da criança, seja pelos adultos, pela escola e até pelos livros infantis, pois unem-se a fragilidade biológica de um corpo em formação, distanciado dos meios de produção e que culmina em sua dependência dos adultos, promovendo um isolamento social que marginaliza e ignora elementos que poderiam levá-la a sua emancipação (cf. Zilberman, 2012).

Ao compreender, portanto, que a literatura pode configurar-se como uma traição à criança (Zilberman, 2012), uma vez que ela está alheia à produtividade e comprimida pelos adultos, que garantem, assim, a sua autoridade, algumas características, como a menoridade, a fragilidade física e moral e a imaturidade intelectual e afetiva da criança é o que fazem com que ela queira, segundo a autora, superar o quanto antes essa faixa de idade, pois vivencia sua inferioridade cotidianamente, ao passo que o adulto, por outro lado, deseja recuperar essa infância

idealizada por ele próprio (cf. Zilberman, 2012). Na esteira do que afirma a autora, é possível, então, concluir que, de fato, a criança é impelida a se identificar com essa ideia de infância e com as representações atreladas a ela.

Nesse viés, ao considerar que a representação atua no campo do simbólico para organizar o mundo e suas relações dentro dele (Hall, 1997), é a partir desses sistemas simbólicos e representacionais que as identidades ganham sentido - linguístico e cultural. No entanto, esse processo de produção simbólica e discursiva, como aponta Silva (2000), está ligado a relações de poder, pois “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (Silva, 2000, p. 91). Assim, é urgente que se ampliem essas representações acerca da infância, que a pluridiversidade tenha espaço e que essas vozes abafadas – femininas, negras, imigrantes, indígenas, de pessoas com deficiência - sejam ecoadas e protagonistas dessas narrativas. Desse modo, longe de tirar o mérito e a importância da coleção mencionada no início deste texto, mas no sentido de refletir sobre as representações identitárias na literatura infantil e juvenil na atualidade, importa, neste artigo, investigar as novas possibilidades de conceber o livro infantojuvenil e as personagens femininas, que, durante muito tempo, foram assujeitadas.

Posto isto, com a expansão considerável da literatura infantojuvenil nos últimos anos no que diz respeito às representações identitárias diversificadas e temas até então considerados polêmicos e que foram inexistentes nesse tipo de literatura por muito tempo (Aguiar, Ceccantini, Martha, 2010), bem como os avanços na luta pelo aumento de políticas públicas voltadas às minorias políticas no Brasil, questões urgentes relativas à discriminação e violência para com esses grupos ebuliram. Uma dessas temáticas que retornou com mais força foi a pauta feminista que, com a popularização da *web*, consagrou-se como um novo formato de organização do movimento feminista e que só ganhou nome mais recentemente - o *ciberfeminismo* – com intuito de problematizar nas redes, de maneira ampla e inclusiva (até certo ponto), ideias preconceituosas acerca dos estereótipos de gênero e de fortalecer a propagação do debate.

Um exemplo disso é o livro *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem*, da psicanalista junguiana Clarissa Pinkola Estés, que, embora lançado há mais de três décadas, voltou ao topo dos mais vendidos no Brasil¹ no ano de 2020 e figura como uma leitura importante para compreender o feminismo. Ao utilizar a tradição de contar histórias alinhavada aos conceitos apresentados pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961), a autora aponta como a mulher, ao longo da história, e em diferentes culturas, passou pelo processo de domesticação de sua natureza e o quanto é importante identificar e reconhecer essa perda instintiva e, por conseguinte, resgatá-la. No entanto, trata-se de uma leitura para o público adulto. Se as mulheres, então, estão mais conscientes dos processos sócio-históricos de opressão, de seus direitos e da constante luta para mantê-los, como, de fato, trazer essas discussões fundamentais para o universo infantil?

É nesse sentido que, mais recentemente, livros voltados ao público infantil e juvenil começaram a trazer para a arena de discussões as representações de feminilidades que mostram personagens femininas empoderadas, para usar o termo em alta, e que propõem novas formas de elaborações identitárias. Um deles que merece atenção é o livro infantil *Selvagem* (2015), da autora-ilustradora Emily Hughes, publicado no Brasil pela editora Pequena Zahar e que será analisado neste artigo com o

¹ Segundo matéria do *Estadão*, publicada em 30 de dezembro de 2020, o livro *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem*, figurou como o segundo livro mais vendido do ano de 2020 pela *Amazon* brasileira, ficando atrás do importante *Pequeno manual antirracista*, da filósofa e ativista Djamila Ribeiro.

objetivo de verificar as representações de feminilidades trazidas pela protagonista e que dialogam com a ideia de arquétipo² da Mulher Selvagem proposto por Estés (2014). Na sequência, pensar na importância da representação do protagonismo feminino nos livros destinados ao público infantil, no sentido de desconstruir a ideia “naturalizada” de domesticação da mulher e da suposta obrigação em sustentar o “eterno feminino”.

2. Ler a si e ler o mundo: a importância da leitura literária nos processos identitários das crianças

Michèle Petit em seu livro *Ler o mundo: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje*, publicado em 2019 no Brasil, afirma que a leitura é uma exigência vital, à medida que proporciona o trânsito entre o universo interior e exterior do leitor, a posição *Eu-Outro* que dá sentido às experiências da vida. Ao pensar no universo infantil, Petit (2019) afirma que é essencial apresentar o mundo às crianças e que os bens culturais podem auxiliar nesse processo, sobretudo a literatura, seja ela oral ou escrita, pois abre possibilidades para encontrar o seu lugar no mundo, ou seja, de (des) (re) construir a sua identidade.

Nesse viés, a antropóloga francesa destaca que esse compartilhamento de experiências culturais com crianças e jovens para fornecer-lhes uma educação literária e artística, não se destinaria primariamente a “formar leitores”, mas a *estimulá-los*, porque

o que está em jogo é forjar uma atenção, uma arte de viver no cotidiano para escapar à obsessão da avaliação quantitativa. É conseguir compor e celebrar a brincadeira, as partilhas poéticas, a curiosidade, o pensamento, a exploração de si e daquilo que nos rodeia. É manter viva uma porção de liberdade, de sonho, de inesperado (Petit, 2019, p. 13).

Assim, antes de formar leitores é necessária a preocupação com a formação humana, aquilo que é lido e construído no imaginário da criança, quiçá, já nas primeiras leituras no âmbito familiar. Aqui, refiro-me, em consonância com as ideias do educador brasileiro Paulo Freire (2011), à leitura de mundo que precede a leitura da palavra e instaura um movimento *do mundo à palavra e da palavra ao mundo*, que possibilita (re) escrevê-lo e, assim, transformá-lo. Antes de tudo, portanto, a criança lê o *seu* mundo, lê o *outro*, lê a *si* e passa, nessa dinâmica, à leitura da palavra (cf. Freire, 2011). Nesse viés, como leitora e interlocutora da obra de Freire, bell hooks (2020) propõe uma *pedagogia engajada* e apresenta a imaginação como um elemento importante desse processo, como “uma das formas mais poderosas de resistência que pessoas oprimidas e exploradas podem usar e usam” (hooks, 2020, p. 86). Seja em sala de aula, como se refere a autora, ou nas leituras realizadas em contextos informais, a imaginação sedia o lugar da possibilidade, de imaginar um mundo diferente do que se vive, de fabular novas formas de ser e de vir a ser.

Neste processo, se a imaginação é por excelência a possibilidade do *dever*, também está em jogo nessa prática a subjetividade da criança leitora, pois o leitor configura um elemento fundamental da produção de sentidos de um texto, segundo os pesquisadores franceses do grupo de *Rennes*³, que propuseram o conceito de teoria

² Na visão junguiana, a noção de arquétipo refere-se a um acervo de imagens presentes no inconsciente coletivo que refletem o comportamento humano. São como modelos primordiais que organizam a psique humana, isto é, “imagens universais que existiram desde os tempos mais remotos” (Jung, 2000, p. 16).

³ Refiro-me aos pesquisadores franceses que advogam em favor da leitura literária subjetiva no ensino de literatura. O nome dado ao grupo refere-se ao Colóquio *Sujets lecteurs et enseignement de la littérature*,

literária subjetiva, em que o leitor é considerado “instância da literatura” e a leitura literária, um espaço de produção identitária. Desse modo, ao levar em conta a subjetividade do leitor na sua atividade leitora, Vincent Jouve (2013) conclui que “não se trata [...] de uma oportunidade extraordinária que a leitura [subjetiva] seja não somente abertura para a alteridade, mas, também, exploração, quase construção de sua própria identidade?” (Jouve, 2013, p. 53). Portanto, se a leitura está estritamente relacionada à produção de identidades e esta só acontece na relação com o Outro e com o mundo, as narrativas ficcionais infantis se apresentam como um espaço vital para a negociação dessas identidades, principalmente, se considerarmos que o livro *Selvagem* (2015), foco de análise deste artigo, é recomendado para crianças entre 0 e 5 anos, portanto, uma faixa etária que está aprendendo a ler o mundo, a observar imagens que representam esse mundo, a reconhecer o Outro e a si próprio na linguagem, ou seja, o movimento de estruturação de sua personalidade.

A ideia de construção de uma identidade, de aquisição de conhecimentos, de “ganhar” algo que você ainda não tinha e passa a ter com a leitura, é a forma mais imediata quando pensamos na leitura como parte da formação humana. No entanto, Catherine Mazauric (2013) afirma que, principalmente nas leituras de infância e adolescência, os adultos anseiam que esses livros propaguem uma ideia pedagógica, educativa, no sentido de auxiliar na “construção do Eu”, mas adverte que esse processo de leitura está muito mais ligado a uma desconstrução identitária, porque “se lemos, é também pelo desejo de nos tornarmos um outro, de nos desfazermos, muito mais do que nos fazermos, para nos perdermos e não para nos encontrarmos” (Mazauric, 2013, p. 89).

Essa concepção interessa a este artigo, pois, partindo da ideia de que o homem é um ser inconcluso (Freire, 2013) e o trabalho identitário um processo constante de (des) construção, as narrativas ficcionais figuram, como aponta a autora, como um campo intermediário entre a interioridade do sujeito e o texto, que representa a alteridade onde a identidade se produz. Esse *trabalho identitário*, como denomina Mazauric (2013), se dá pelo movimento de identificação e da diferença - aquilo que sou e aquilo que o Outro é - para, então, ser “conduzido a uma reestruturação de suas representações e uma reavaliação de sua relação com o mundo e com os outros” (Mazauric, 2013, p. 93). Nesse sentido, esse processo de elaboração identitária por meio da leitura literária trataria não só de uma ideia de construir, mas sobretudo de um lugar, como destaca a autora, onde o leitor se projeta para fora de si mesmo e, num duplo movimento, introjeta objetos representados, desprendendo ficções de si mesmo.

Portanto, ao alterar o texto e ao colocar em jogo minhas identidades tenho, por outro lado, a chance de ser alterado por ele, de aprender a desconfiar do sentimento de minha própria unicidade, de me interrogar sobre o interesse turvo que me prende à sua leitura (eu me violento ao ler certos livros e, ainda assim, eu os leio), de compreender que eu sou uma leitora ou um leitor cindido, de colocar em questão, em suma, “esse ‘nós mesmos’, seguro de si mesmo e opaco...que revela como um estranho país de fronteiras e de alteridades incessantemente construídas e desconstruídas” (Mazauric, 2013, p. 101).

Assim, como mencionado anteriormente, se a identidade e a diferença são negociadas, ou melhor, disputadas, elas têm estreita conexão com as relações de poder e, por conseguinte, de definir e fixar *uma* identidade (cf. Silva, 2000). Nesse viés, ao

realizado em janeiro de 2004, na cidade de Rennes, na França, que trouxe à baila as discussões contemporâneas sobre o ensino de literatura (Rezende, 2013).

refletir sobre as narrativas ficcionais da série *Vaga-Lume*, por exemplo, conclui-se que o protagonismo das histórias pertence majoritariamente ao universo masculino. Contudo, o poder se manifesta, no campo da identidade e da diferença, segundo Silva (2000), por meio da *normalização*, uma das formas mais sutis de eleger *uma* identidade específica como modelo e estabelecer uma hierarquização das *outras* identidades.

O protagonismo masculino nas histórias infantojuvenis é naturalizado e são atribuídas a essa identidade eleita características positivas e desejáveis: o garoto forte, aventureiro, destemido, independente dos adultos, que resolve qualquer conflito que se apresente, “o Sujeito, o Absoluto (...)”, como define Simone de Beauvoir (2016, p. 13). Por outro lado, as *outras* identidades receberão atributos negativos, neste caso, as personagens femininas coadjuvantes que, em geral, quando existem, são superficiais em sua construção: a mulher como o ser abjeto, “ela é o Outro”, como assevera Beauvoir (2016, p. 13). Neste caso, segundo a autora, em uma sociedade patriarcal, o “ser homem” não é considerado apenas a faixa masculina da humanidade, mas a humanidade inteira é considerada como um humano absoluto, o masculino – eleito como *a* identidade.

Beauvoir (2016) aponta *o Sujeito, o Absoluto* como a ideia de masculinidade centrada em sua liberdade, um sujeito livre e ousado que domina o espaço público e conta a sua própria história, ou seja, ele é a *transcendência*. Já a *Outra*, a mulher, se insere no espaço privado, doméstico, ela é a *imanência*, e não foi ela quem se autodefiniu como a alteridade, como aponta a autora, pois “não é o Outro que se definindo como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio” (Beauvoir, 2016, p. 14).

Assim, Silva (2000) afirma que essa hierarquização de identidades aponta para um paradoxo, pois

a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (...), a definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição da constituição do “dentro”. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade (Silva, 2000, p. 84).

Portanto, questionar a identidade e a diferença é questionar as formas de representação que as sustentam e, como objetivo deste artigo, especificamente questionar a repetição hegemônica do protagonismo masculino nas narrativas infantojuvenis e, assim, interrompê-la, isto é, abrir espaço para a produção de novas possibilidades de elaborações identitárias para as crianças, especialmente para as meninas

3. As mulheres e as crianças são as primeiras que desistem de afundar navios: o atravessamento de vulnerabilidades no devir feminino

O poema de um verso só, de Ana Cristina César, que abre essa seção, se intitula *Cartilha de cura*, presente no livro *A teus pés* que integra o *Poética* (2013), e promove uma espécie de inversão da ideia de que, no caso de um naufrágio, mulheres e crianças devem ser salvas primeiro. A poeta brasileira, no entanto, coloca, mulheres e crianças, seres considerados frágeis historicamente, como pessoas menos propensas a qualquer tipo de conflito, isto é, são as que menos causariam quaisquer danos. São seres, contudo, que, paradoxalmente, precisariam de proteção, mas são os que mais estão à margem em nossa sociedade, fato que reflete nas relações de gênero.

Dessa forma, pode-se estabelecer um ponto interseccional entre o espaço conferido às crianças e às mulheres na sociedade, a exemplo de seus direitos, que só começaram a ser conquistados muito recentemente. É importante ressaltar que, especificamente os direitos das meninas, ainda representam território frágil e desigual no mundo, como aponta um estudo realizado pela ong *Plan International* em comemoração aos 10 anos do “Dia da Menina”, em 11 de outubro de 2022, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento destaca o ainda lento progresso na luta global para assegurar os direitos das meninas e adolescentes e reafirmar o compromisso constante em criar condições para o desenvolvimento delas: uma celebração e ao mesmo tempo uma encruzilhada. Assim, tanto as meninas quanto as mulheres são atravessadas pelo controle patriarcal e pelos estereótipos de gênero.

Essa estrutura de poder, denominada “patriarcado”, que organiza a sociedade e que funciona de maneira meritocrática, como aponta Marcia Tiburi (2023), é uma ideologia centrada na apresentação dos homens como mais capazes, logo, subalternizando as mulheres. Por ser estrutural e organizado como natureza, faz parecer, na macro e na microestrutura, como algo orgânico: um modo de pensar, sentir e agir (cf. Tiburi, 2023) que é introjetado desde tenra infância. Se o conceito de infância perturba à medida que promove um silenciamento e isolamento da criança, quando falamos em *meninas*, a sobrecarga na infância é

desde que nasce, não é um exagero dizer, a menina está condenada a um tipo de trabalho que se parece muito com a servidão, que, em tudo, é diferente do trabalho remunerado ou do trabalho que se pode escolher dependendo da classe social à qual se pertence. [...] Seja em que lugar for, meninas, desde muito cedo, devem servir. Serão, apenas por serem mulheres, condenadas ao trabalho braçal dentro de casa, a serviço de outros que não trabalham como elas” (Tiburi, 2023, p. 17).

É contra esse encarceramento das meninas e sua conseqüente docilização que o livro *Selvagem* (2015) contribui para a desconstrução de estereótipos de gênero e para a construção de novas e positivas representações de feminilidades, como veremos mais adiante. O termo *selvagem* - que dá título ao livro e à personagem principal – pode ter, à primeira vista, sentidos negativos, principalmente quando tratamos do universo infantil. No entanto, a atribuição de sentido do termo *selvagem* a que este artigo se filia, não é de algo que está fora do controle ou que deve ser mantido sob controle, mas em seu sentido original.

Clarissa Pinkola Estés, a autora do livro *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem* (2014), propõe uma reflexão acerca da feminilidade e da recuperação da vitalidade feminina, escoada através de processos sócio-históricos de repressão e opressão. Ao estudar a biologia dos animais selvagens, a

autora traça um paralelo entre esses animais, especialmente os lobos, e as mulheres, ao notar que ambos possuem psique instintiva e compartilham entre alguns comportamentos, concretizando o arquétipo da Mulher Selvagem, aquela que recupera a sua natureza instintiva. Para a autora, o termo *selvagem* é definido pela ideia de se viver uma vida natural, que tenha a integridade respeitada e limites saudáveis, uma vida que rompe, no caso das mulheres, com as tentativas de domesticação, de serem mantidas confinadas e sob tutela.

Quando falo do excesso de domesticação como forma de cativo, não estou me referindo à socialização, o processo pelo qual as crianças são ensinadas a se comportar de um modo mais ou menos civilizado. O desenvolvimento social é de importância crítica. Sem ele, a mulher não tem como progredir no mundo. No entanto, o excesso de domesticação se assemelha a proibir que a essência vital saia dançando. Em seu estado saudável e característico, o Self selvagem não é dócil e vazio. Ele é alerta e sensível a qualquer movimento ou momento. Ele não se prende a um modelo absoluto e repetitivo para toda e qualquer circunstância. Ele tem opções criativas. A mulher cujos instintos estão prejudicados não tem escolha. Ela simplesmente fica impossibilitada de prosseguir (Estés, 2014, p. 267).

Ao problematizar o conceito de infância e de gênero, do excesso de domesticação sofrido principalmente pelas meninas, é salutar pensar nesse *vir a ser* da criança, nesse *dever* da menina, pois, se somos constituídos na e pela linguagem, é no período da infância que essa busca pela linguagem ocorre, a transformação da língua em discurso, a passagem do silêncio para a fala e, por fim, o direito à identidade. Portanto, é fundamental, nesse movimento de *ser*, de *vir a ser*, que haja espaço para novas representações identitárias de feminilidades na infância e que as crianças sejam reconhecidas como sujeitos sociais, com seus direitos assegurados, para que se tornem cada vez menos vulneráveis a qualquer tipo de violência.

Representações identitárias positivas são importantes para dismantelar o mito, por exemplo, de que mulheres e crianças são salvas por homens na ocasião de um naufrágio, pois mulheres e crianças são salvas por elas mesmas, são salvas pelas histórias que leem, são salvas pelas histórias que começam a contar a partir de agora, são salvas pelas histórias que nunca contariam, pelos danos que sequer causariam.

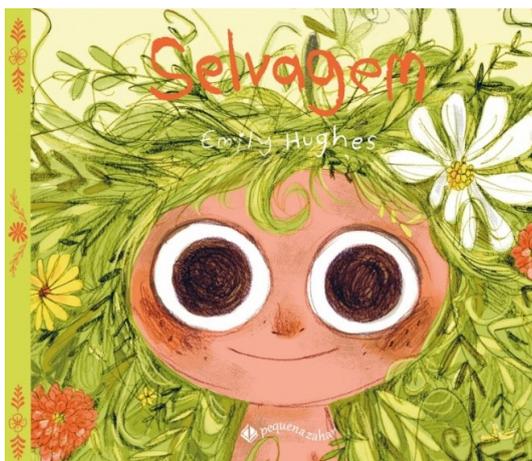
Creio que todos os homens e mulheres nascem com talentos. No entanto, a verdade é que houve pouca descrição dos hábitos e das vidas psicológicas de mulheres talentosas, criativas, brilhantes. Muito foi escrito, porém, a respeito das fraquezas e defeitos dos seres humanos em geral e das mulheres em particular. No caso do arquétipo da Mulher Selvagem, para vislumbrá-la, captá-la e utilizar o que ela oferece, precisamos nos interessar mais pelos pensamentos, sentimentos e esforços que fortalecem as mulheres e computar corretamente os fatores íntimos e culturais que as debilitam. Em geral, quando compreendemos a natureza selvagem como um ser autônomo, que anima e dá forma à vida mais profunda de uma mulher, podemos começar a nos desenvolver de um modo jamais considerado possível (Estés, 2014, p. 23).

Assim como reza o poema de Ana C., ao subverter a lógica vigente, é necessário abrir espaço para mulheres e crianças serem representadas como são: fortes, talentosas e capazes de impedir tragédias, para que, resistindo às forças patriarcais, não sejam mais passíveis a qualquer tipo de exploração.

4. *Selvagem*: produção de novas identidades femininas na literatura infantil

Dois olhos grandes e curiosos, cabelos esvoaçantes e esverdeados que se confundem com as folhagens, uma pele descoberta de tom alaranjado e um sorrisinho atento. Esta é *Selvagem* (Fig. 1), a protagonista de uma história de poucas palavras, mas com ilustrações repletas de detalhes. O livro, que marca a estreia da autora-ilustradora Emily Hughes, nascida no Haváí, foi traduzido para o português e lançado pela editora Pequena Zahar, em 2015. Classificado como ficção infantojuvenil americana, o livro é indicado para crianças de 0 a 5 anos e, compreendido neste artigo, como uma literatura voltada ao público infantil.

Figura 1 – Ilustração de capa de Emily Hughes no livro *Selvagem*



Fonte: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788566642278/selvagem>

Da imagem da garotinha alegre da capa nos deparamos, ao abrir o livro, com uma *Selvagem* completamente diferente: com os cabelos presos, agora sem flores e folhagens, com a pele coberta por roupas e um olhar de insatisfação (Fig. 2). As duas imagens, da capa e da folha de rosto do livro, provocam um contraste que antecipa para o leitor, ao menos parcialmente, o mote da história: a tentativa de modificar a aparência de uma menina antes livre e feliz. Não se sabe ainda o motivo desse desejo, mas o leitor já pode esperar que essa história oscila entre uma menina livre e feliz e uma menina aprisionada e infeliz.

Figura 2 – Ilustração de Emily Hughes no livro *Selvagem*



Fonte: Reprodução própria

Selvagem era ainda bebê quando apareceu na floresta, ninguém sabia como ela tinha chegado até lá, mas achavam que fazia sentido ela estar ali. Ela aprende a falar com as aves, a comer com os ursos – a ilustração mostra a garota e seus dois dentes caninos e pontiagudos à mostra ao abocanhar um peixe - e a brincar com as raposas: uma menina feliz que está crescendo cercada de amor e proteção. Nessas primeiras ilustrações, Selvagem aparece com seus cabelos longos e verdes, de corpo nu e tem a sua imagem mesclada às imagens da floresta, cheia de folhagens, flores e animais. É a representação de uma força da natureza.

Além de ser o ambiente próprio daquilo que é selvagem, a floresta também é muito utilizada por Estés (2014) quando a autora trata da psique humana e da natureza instintiva das mulheres, ao fazer a relação que, à medida que a natureza foi devastada, com toda sua diversidade, com ela também a natureza instintiva das mulheres foi se tornando desértica. A autora afirma, na primeira linha do livro, que “a fauna silvestre e a Mulher Selvagem são espécies em risco de extinção” (Estés, 2014, p. 15) e esta extinção ocorre com o processo sócio-histórico de dominação masculina, de uma sociedade androcêntrica que intenta domesticar as mulheres desde pequenas. A psicanalista junguiana ressalta, como mencionado anteriormente, que esse excesso de domesticação das mulheres como forma de cativeiro não é o mesmo processo que acontece com as crianças que, fatalmente, precisam aprender determinados comportamentos para conviver em sociedade.

No entanto, quando falamos de meninas, sabemos que essa forma “civilizada” de conviver, que é legítima à primeira vista, perpassa as questões de gênero, em que as possibilidades de ser mulher são sufocadas e resta apenas o modelo ideal instituído pela sociedade patriarcal: a mulher dócil, delicada, silenciosa e submissa ao homem. Se a mulher não se assujeita a essa identidade fixada e naturalizada, ela é considerada perigosa, rebelde e selvagem, no sentido debilitado da palavra e, por isso, passível de ser perseguida e violentada, seja essa violência simbólica ou física. O movimento em direção à equidade de gênero desafia a estrutura da sociedade patriarcal, gerando desconforto e resistência. Segundo Estés (2014), a busca pela natureza instintiva inerente à mulher representa um mergulho cuidadoso nas profundezas da psique, simbolizadas pela floresta densa e escura que culmina no processo de individuação feminina e que, irremediavelmente, é cheia de armadilhas, porque “nos bosques psíquicos, há muitas armadilhas enferrujadas que ficam escondidas por baixo das folhas verdes do chão da floresta” (Estés, 2014, p. 246). A mulher passa, então, a reagir, a mostrar os dentes quando necessário e a rosnar para defender o seu território-corpo-voz.

A pequena Selvagem, embora conheça bem essa floresta e seja uma menina feliz, cai em uma dessas armadilhas colocadas por dois caçadores que a espreitavam. Por acharem que ela é esquisita, resolvem tirá-la dali. Ao virar a página, vemos Selvagem em seu novo lar, mais especificamente no ambiente da sala, sob os “cuidados” de um homem e uma mulher. Já vestida, a menina tem seus cabelos presos pela mulher, enquanto o homem a observa e faz anotações em um caderno. A ilustração, que ocupa duas páginas, mostra, dentre seus muitos detalhes, um jornal em cima de uma escrivaninha com a inscrição *Psiquiatra famoso recolhe criança selvagem*, em contraste com as paredes cheias de certificados e estudos sobre psiquiatria, mostrando a autoridade do homem no assunto. No chão da sala, alguns livros estão espalhados, dentre eles *Mogli*, a famosa história do menino criado com lobos. Selvagem, com seus grandes olhos, está de braços cruzados e com um semblante muito insatisfeito. Na página, o narrador alerta: “Eles faziam tudo errado”, referindo aos dois adultos que passaram a ser tutores da garota.

Nas páginas seguintes, o narrador continua a mostrar algumas cenas da menina sendo ensinada a falar, a comer e a brincar e insiste: “errado”. Entre os materiais presentes nas páginas tem-se um *Guia para domar feras*, um relatório de comportamento à mesa, com o diagnóstico “terrível” e livros como *Contos de fadas*, *O gatinho feliz – tudo sobre gatos fofos e dorminhocos* e *Tricote e seja feliz* jogados no chão e, alguns deles, rasgados. É possível observar, neste momento da narrativa, que os adultos tentam enquadrá-la em um modelo de feminilidade que prevê uma garota obediente, leitora de contos de fadas, que se interessa por coisas “fofinhas” e que será feliz ao desempenhar atividades como tricotar: o típico modelo de mulher que, circunscrita ao lar, e enquanto “rainha” dele, prepara-se corretamente para o idealizado matrimônio e para a maternidade vindouras, completando a tríade para uma boa reputação e para a garantia de constituição de uma família. No entanto, a menina resiste a esse modelo de feminilidade, pois Selvagem está pendurada no lustre da casa com uma boneca na boca, tal qual o peixe abocanhado por ela nas páginas anteriores. Esse não é, em definitivo, o comportamento esperado de uma menina.

Mas o que Selvagem mostra ao casal é aquilo que ela entende por falar, comer e brincar e tenta, de certo modo, se submeter aos “ensinamentos” dos adultos, ou seja, a falar como eles, a comer como eles e a brincar como eles, mas o cenário é caótico para o casal, pois não era o que eles esperavam de uma garota. A casa de bonecas, apresentada para que ela aprenda a brincar, por exemplo, é destruída, os papéis e os livros estão rasgados e espalhados pela sala, ou seja, tudo o que Selvagem aprendeu com os animais da floresta, agora, era considerado um comportamento *terrível*, que é reprimido pelo casal. Selvagem vai se tornando cada vez mais infeliz e deslocada e surge, na página seguinte, isolada em seu quarto, quase embaixo da cama, apenas acompanhada do gato e cachorro de estimação que vivem na casa.

Nesse sentido, o enfraquecimento da natureza instintiva da protagonista é também o enfraquecimento do feminino. Estés (2014) aponta que essa desintegração que, no caso de *Selvagem*, é o fato de a protagonista sofrer pela dominação de dois adultos que acreditam poder domesticá-la, é o momento em que há a desconexão dos desejos da mulher, de sua natureza selvagem, daquilo que a faz sentir-se plena. Esse sentimento de não-pertencimento é comum nas histórias que envolvem o arquétipo do órfão, como em *O Patinho Feio*, de Hans Christian Andersen, narrativa utilizada por Estés (2014) para exemplificar a criança negligenciada pelos adultos e a necessidade de “encontrar a sua turma”. No caso de *Selvagem*, ela sabe qual é a sua turma, ela já tem familiaridade com a natureza instintiva, mas que, por algum descuido, caiu na armadilha do predador e está enfraquecida:

Os significados básicos que nos interessam são os seguintes: o patinho da história simboliza a natureza selvagem, que, quando forçada a enfrentar circunstâncias pouco propícias, luta instintivamente para continuar viva apesar de tudo. A natureza selvagem sabe instintivamente aguentar e resistir, às vezes com elegância, às vezes sem muito estilo, mas resistindo assim mesmo [...] (Estés, 2014, p. 199).

Assim como o “patinho feio” não é feio, mas diferente, *Selvagem* também não é selvagem no sentido pejorativo da palavra, mas tem uma forte natureza instintiva e, como aponta Estés (2014), meninas com essa forte natureza passam por muitos sofrimentos no início da vida, e “desde a época em que são bebês, são mantidas presas, domesticadas, e ouvem dizer que são inconvenientes ou teimosas. Suas naturezas selvagens revelam-se bem cedo. Elas são curiosas, habilidosas e possuem excentricidades leves de vários tipos (...)” (Estés, 2014, p. 200). Assim, a menina de

olhos curiosos é agora triste e com um olhar opaco, amedrontada e escondida em seu quarto. Não é possível mensurar quanto tempo Selvagem ficou nesta casa e nestas condições, mas sabemos que, segundo Estés (2014), a principal característica da natureza selvagem é a persistência, isto é, segue-se adiante até ser capaz de vicejar, de florescer novamente. Assim, ao prosseguir na narrativa, observamos que, um dia, a menina disse: “Chega!”, ainda que sem usar as palavras.

Abandonando a casa, agora um cenário de destruição, como mostra a ilustração, é possível pensar que é essa Selvagem que fica para trás: a que não se encaixa, que está alquebrada, a que foi fragmentada a ponto de não ser mais ela mesma. Cortinas arranhadas, lustres quebrados, livros jogados ao chão, jornais e papéis são apenas pedaços de uma história que não existe mais. Não há pessoas na ilustração que ocupa duas páginas, mas, curiosamente, em um dos papéis jogados pela sala e que chamam a atenção está um livro com o título *Frenologia*, uma pseudociência que, durante o século XIX, contribuiu para a construção de uma sociedade machista ao estabelecer que, a partir da medida e do formato do crânio de uma pessoa, era possível dimensionar as propensões de caráter dela. Neste caso, era o que comprovava que os homens eram, supostamente, superiores às mulheres.

A discriminação da mulher, as características negativas que lhe têm sido atribuídas têm-se apoiado frequentemente em concepções científicas [...] profundamente influenciadas por preconceitos ideológicos, dos quais a ciência social não está isenta. É preciso contemplá-la, pois, com espírito crítico e transmitir este mesmo espírito aos jovens. A ciência não só pode equivocar-se, como também se equivoca, enuncia verdades provisórias que se retificam com o passar do tempo e, se esta retificação não se produz, é porque estamos falando de crenças dogmáticas que estão nas contradições da ciência (Moreno, 1999, p. 22).

Posto isto, ao deixar para trás essa tentativa de domesticação, Selvagem segue livre, já sem a roupa que cobria o seu corpo e com os cabelos esverdeados soltos ao vento. Ela vai embora acompanhada do cachorro e do gato que moravam na casa, dois companheiros que, em todas as ilustrações, se mostram insatisfeitos com as atitudes do casal e se posicionam em defesa da menina. Agora, os três livres adentram a floresta tão cara para Selvagem. Se no início da história o narrador afirmava que ninguém sabia como a garota havia chegado na floresta, mas que aquilo fazia sentido, nesse encaminhamento final do livro, o narrador nos alerta: “Todos se lembravam da maneira como partiu, e todos sabiam que isso fazia sentido”. Ao fundo, é possível observar a casa com os dois adultos que olham, tristes, pela janela: eles presos e Selvagem livre – a oposição entre o espaço privado e o espaço público.

Esse contraste da página inicial e da antepenúltima página do livro, deixa evidente a importância da volta ao lar, a menina se reconecta, então, com aquilo que realmente é, da forma como se sente parte do mundo. Estés (2014, p. 293) afirma que “as crianças são a natureza selvagem” e esse retorno ao lar é o retorno ao *Self*, ao lar selvagem, ao lar da alma, pois “o lar é uma sensação ou uma disposição constante que nos permite vivenciar sensações não necessariamente mantidas no mundo concreto [...], é a pura vida instintiva que funciona tão bem quanto uma engrenagem azeitada” (Estés, 2014, p. 325).

Antes de fechar o livro, a última ilustração, que se estende por duas páginas, mostra Selvagem num galho de árvore, cercada pelos seus amigos animais, incluindo os novos amigos trazidos da casa onde estava, acompanhada pela frase final: “Ninguém pode domar uma criatura assim tão feliz e selvagem...” É gratificante saber que a menina não se submeteu à domesticação, que ela não estava errada na maneira de falar,

comer ou brincar, que sua feminilidade não está ligada à passividade e que ela não existe para atender às expectativas de determinado comportamento social. Embora o livro infantil utilize poucas palavras, *Selvagem* ergue sua voz e assume uma posição de resistência contra uma sociedade que deseja silenciar as mulheres.

Por fim, ao fechar o livro, reitera-se a ideia de que é fundamental que a literatura infantil esteja alicerçada em representações de feminilidades que não propalem o discurso patriarcal para que, assim, a literatura corrobore com a leitura do mundo não como ele é, mas como desejamos (e trabalhamos) para que ele seja, isto é,

têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” [...] Elas surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a ‘suturação à história’ por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de uma campo fantasmático” (Hall, 2000, p. 109).

É por esse caminho, da leitura e da fantasia, que as novas elaborações identitárias para meninas são possíveis - e urgentes – de maneira que essa repetição constante, que faz com que elas ajam em conformidade com as normas de gênero, seja desconstruída. Assim, como protagonistas de suas histórias, é possível que as meninas possam contá-las, imaginar um futuro diferente e saber, como nos lembra Chimamanda Adichie (2017, p. 55), que as normas sociais foram criadas por seres humanos, logo, não existe norma social que não possa ser alterada e que “feminismo e feminilidade não são mutuamente excludentes”.

Ainda que não exista linguagem política para pensar a liberdade, para entender a ausência da condição feminina, como assevera Eleni Varikas (2016), é necessário e fundamental, portanto, inventá-la, transformar esse silêncio em linguagem e em ação, como aponta Audre Lorde (2019), pois não se deve temer a visibilidade do feminino e o protagonismo das histórias.

5. Considerações finais

Ao propor, neste artigo, a análise do livro infantil *Selvagem* (2015), que abre a possibilidade para representações identitárias femininas na contramão do que espera a sociedade patriarcal, empresto, de Walter Benjamin (1987, p. 225) a exortação “escovar a história a contrapelo”, pois é urgente pensarmos novas e diferentes formas de estar no mundo, sobretudo quanto tratamos da infância e das relações de gênero. Olhar através da perspectiva de quem foi “vencido” na história, do segundo lugar ocupado pelas mulheres e, sobretudo, da recusa por uma identidade feminina fixada pelas relações de poder.

O título deste artigo - *Ser menina e ser selvagem* – além de aproximar a infância das questões de gênero, buscou explicitar esse *ser*, esse *vir a ser*, esse *dever* feminino que aponta para a necessidade de reconhecer mulheres e crianças como sujeitos históricos e sociais que são, de modo a validar suas existências. Uma dessas formas é a literatura infantil, que possibilita que as maiorias minorizadas ergam as suas

vozes e protagonizem suas próprias histórias, ao romper com o protagonismo masculino e com a perpetuação dos estereótipos de gênero.

Portanto, este artigo pretendeu mostrar como é possível trazer discussões fundamentais para o universo infantil, de maneira a ampliar a discussão acerca dessas novas e múltiplas formas de existências. Ao observar como essas representações se constroem, é possível perceber, nos processos discursivos, o movimento de produção da identidade e da diferença e aquilo que, na disputa, repetidas vezes, pode ser perigosamente introduzido como “natural”.

Por fim, ainda que a literatura infantil e juvenil tenha avançado ao trazer maior representatividade para as minorias políticas nas estantes físicas e virtuais, não significa que há uma aceitação acerca de temas como o feminismo, uma vez que escovar a história a contrapelo é uma tarefa que gera resistência e, à medida que essa visibilidade se amplia, se amplificam também as vozes contrárias, e muitas vezes violentas, que querem a história contada por aqueles que “venceram”. Assim, a literatura infantil e juvenil configura-se como um espaço singular para erguer as vozes contra-hegêmicas desde cedo.

Referências

ADICHIE, C. N. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AGUIAR, V.T.; CECCANTINI, J.L.; MARTHA, A.A.P. (Orgs.). *Heróis contra a parede: estudos de literatura infantil e juvenil*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BEAUVOIR, S de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Gallimard, 2016.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas*. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. I, 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CESAR, A. C. *Poética*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ESTÉS, C.P. *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FREIRE, P. A importância do ato de ler. In: *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 9-14.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA T. T. (Org.). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, S. (Org.). *Representation*. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997, p. 13-74.

hooks, b. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. 1. ed. digital. São Paulo: Elefante, 2020.

HUGHES, E. *Selvagem*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pequena Zahar, 2015.

JOUVE, V. A leitura como retorno a si: sobre o interesse pedagógico das leituras subjetivas. In: ROUXEL, A.; LANGLADE G.; REZENDE, N. L. de (Orgs). *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 53-65.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIVRO de Djamila Ribeiro é o mais vendido da Amazon brasileira em 2020. *Estadão*, São Paulo, 30 de dezembro de 2020. Literatura. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/literatura/livro-de-djamila-ribeiro-e-o-mais-vendido-da-amazon-brasileira-em-2020/>. Acesso em 25 jan 2024.

LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: LORDE, A. *Irmã Outsider*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MAZURIC, C. Les moi volatils des guerres perdues: a leitura, construção ou desconstrução do sujeito? In: ROUXEL, A.; LANGLADE, G.; REZENDE, N. L. de (Orgs). *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 19-24.

MENDONÇA, C. T. *À sombra do vaga-lume: análise e recepção da série Vaga-Lume*. Curitiba, 2007. 305 f. Tese (Doutorado em Letras) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná.

MORENO, M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. 1. ed. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

PLAN INTERNATIONAL. Realising every girl's right to flourish: a review of progress on the 10th anniversary of the International Day of the Girl. 2022. Disponível em: <https://plan.org.br/estudos/10-anos-do-dia-da-menina/>. Acesso em 02 fev 2024.

REZENDE, N. L. de. Apresentação ao leitor brasileiro. In: ROUXEL, A.; LANGLADE, G.; REZENDE, N. L. de (Orgs). *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 19-24.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA T. T. (Org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 16. ed. digital. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

VARIKAS, E. *Pensar o sexo e o gênero*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ZILBERMAN, R. *A literatura infantil na escola*. 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2012.